



MAI

MAI AMBIENTE

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

PROCEDIMENTO:	AJUSTE DIRETO POR CRITÉRIOS MATERIAIS - ARTIGO 27º, Nº 1, ALÍNEA A) DO CCP
---------------	---

PREÇO BASE:	70.000,00€ (SETENTA MIL EUROS)
-------------	--------------------------------

OBJETO CONTRATUAL:	“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS”
--------------------	------------------------------------

Índice

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1ª Objeto.....	3
Cláusula 2ª Contrato	3
Cláusula 3ª Prazo.....	4
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	5
Subsecção I Disposições gerais	5
Cláusula 4ª Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 5ª Definições.....	6
Cláusula 6ª Gestão do processo.....	6
Cláusula 7ª Coordenação com a atividade da Entidade adjudicante.....	7
Cláusula 8ª Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 9ª Prazo do dever de sigilo	8
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA MAI AMBIENTE.....	8
Cláusula 10ª Preço contratual.....	8
Cláusula 11ª Condições de pagamento.....	8
CAPÍTULO III PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
Cláusula 12ª Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 13ª Força maior	10
Cláusula 14ª Resolução por parte do contraente público	11
Cláusula 15ª Resolução por parte do prestador de serviços.....	12
CAPÍTULO IV RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	12
Cláusula 16ª Foro competente	12
CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Cláusula 17ª Gestor do Contrato.....	13
Cláusula 18ª Subcontratação e cessão da posição contratual.....	13
Cláusula 19ª Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 20ª Contagem dos prazos.....	14
Cláusula 21ª Legislação aplicável	14
PARTE II PLANO DE SEGUROS	14

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros dos seguintes ramos:
 - a. Seguro de Acidentes de Trabalho Pessoal Subscritor C.G.A. e da S.S.
 - b. Seguro vida Risco – Grupo (IAD e ITP)
 - c. Seguro Multiriscos Património
 - d. Seguro Frota Automóvel
 - e. Seguro de Responsabilidade Civil Geral Exploração
 - f. Seguro de Responsabilidade Ambiental
2. Caso a Maiambiente pretenda incluir outro ou outros edifícios / viaturas / atividades / funcionários, na prestação de serviços de seguros, estes serão objeto de acerto financeiro durante o período de contratação, podendo haver lugar a estorno ou acréscimo dos prémios propostos.

Cláusula 2ª

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, quando aplicável.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º-A do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª

Prazo

1. As apólices constantes no Programa de Seguros vigorarão pelo período de 3 meses, com início de vigência a **01/01/2025**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. As partes podem denunciar o plano de seguros contratualizado, no todo ou em parte, para obviar à sua prorrogação, nos termos do art. 112º do DL n.º 72/2008 (regime jurídico do contrato de seguro), com a antecedência mínima de 90 dias, antes de terminado o prazo estipulado no número acima.

3. A resolução será feita nos estritos termos e com os fundamentos previstos no art. 116º do regime jurídico do contrato de seguro.

4. Caso alguma das partes decida resolver ou denunciar o presente plano de seguros contratualizado, no todo ou em parte, nos termos previstos nos números anteriores, e caso seja do interesse da entidade Adjudicante, deverá o Adjudicatário garantir uma prorrogação obrigatória, por três meses, dos seguros em causa, nas condições vigentes à data da resolução ou denúncia, de modo a ser possível efetuar novo concurso.

5. As seguradoras concorrentes, no caso de serem detentores atuais dos contratos de seguro em vigor, comprometem-se a anular os mesmos 30 dias após comunicação por parte da Maiambiente, da adjudicação do presente concurso.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer o serviço nos termos do Caderno de Encargos e do contrato;
- b) Comunicar, com a devida antecedência, os factos que tornem total ou parcialmente impossível, a prestação de serviço ou o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- c) Não alterar durante o prazo de execução do contrato as condições contratuais inicialmente propostas, incluindo a própria tarificação por ramo, objeto, unidade ou pessoa, exceto se ocorrer alteração dos valores, quantidades e n.º de pessoas seguras, a comunicar pela entidade adjudicante;
- d) Obrigação de proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;
- e) Obrigação de suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros referidos no número anterior, incluindo as judiciais;
- f) Obrigação de pagar as indemnizações logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade da Maiambiente e à fixação do montante dos danos. Se, decorridos 30 dias sobre a posse de todos os elementos indispensáveis à reparação da indemnização acordada, o prestador de serviços, não tiver realizado essa obrigação, por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo, a indemnização, juros à taxa legal em vigor;

- g) Fornecer no final de cada anuidade do contrato os dados detalhados da sinistralidade verificada em cada apólice e ramo de seguro contratado;
 - h) Efetuar seguros temporários e pontuais de natureza e ramos diversos, desde que autorizado pelo ISP na exploração da sua atividade de Segurador;
 - i) Efetuar e aceitar novos tipos de seguro, bem como a aceitar proceder a alterações no objeto e matérias seguras, quando comunicadas pela entidade adjudicante.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5ª

Definições

Ao presente Caderno de Encargos são aplicáveis as seguintes definições:

- a) Entidade Adjudicante – significa a Maiambiente;
- b) Adjudicatário – significa a entidade a quem é cometida a prestação dos serviços de seguros;
- c) Prestação de serviços – significa o conjunto de obrigações e direitos emergentes do Contrato pelo qual o Adjudicatário assegurará os trabalhos a seguir indicados;
- d) Partes – significa a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário no exercício dos direitos e cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
- e) Proposta – significa a proposta apresentada no concurso que servirá de base à adjudicação;
- f) Serviço(s) – significa o conjunto de atribuições e responsabilidades que o adjudicatário se obrigará a desenvolver por força do Contrato.

Cláusula 6ª

Gestão do processo

1.A unidade gestora do processo é a Maiambiente.

2.A entidade adjudicante designará o Gestor do Contrato que terá por incumbência, entre outras funções, assegurar todas as relações correntes entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, no âmbito do contrato.

3.O Gestor do Contrato terá a colaboração da Corretora de Seguros da Maiambiente, que fará a ligação entre a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, na qualidade de entidade especializada na gestão de riscos e seguros, que apoiará as unidades gestoras do processo na Maiambiente, colaborando com estas em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, cobranças dos prémios, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 147/2015, de 09 de Setembro, na sua redação atual, obrigando-se a Seguradora adjudicatária à aceitação e intervenção da Corretora da Maiambiente, na monitorização e execução do contrato e respetivas apólices de seguros.

Cláusula 7ª

Coordenação com a atividade da Entidade adjudicante

O Adjudicatário deverá planear sempre a execução da prestação de serviços de forma a não prejudicar a normal atividade da Entidade Adjudicante.

Subseção II

Cláusula 8ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Maiambiente, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA MAI AMBIENTE

Cláusula 10ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Maiambiente deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 11ª

Condições de pagamento

1. As condições de pagamento são as constantes do Caderno de Encargos e não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
2. Da fatura (aviso de pagamento e recibo de prémio dos seguros) a apresentar pela Seguradora adjudicatária, para além dos elementos fiscais, deverá constar o número do processo contratual, que será fornecido após adjudicação.
3. As faturas deverão ser enviadas para a Maiambiente, sita na Rua 5 de Outubro, nº 359, Milheirós, 4475-302 Maia, discriminando as apólices relacionadas com os diversos ramos de seguro objeto do presente procedimento.



MAIA

MAIAMBIENTE

4. Os pagamentos das faturas (prémios de seguro) serão efetuados num prazo máximo de 30 dias contados a partir da apresentação da fatura/aviso de pagamento, a favor da empresa de corretagem nos termos da legislação aplicável, sendo todos os pagamentos, bem como todos os contactos efetuados com a empresa corretora de seguros designada.
5. A Seguradora compromete-se a não proceder à anulação dos contratos de seguro da Maiambiente, entre os 30 e os 60 dias contados a partir da apresentação da fatura/aviso de pagamento, desde que haja uma aceitação da dívida por parte da Maiambiente, e o seu compromisso em proceder ao pagamento naquele prazo limite.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 12ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Maiambiente pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato, até 15% do valor contratual;
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Maiambiente pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor contratual;
- 3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Maiambiente tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 - A Maiambiente pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Maiambiente exija uma indemnização pelo dano excedente.



MAIA

MAIA AMBIENTE

Cláusula 13ª

Força maior

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 - Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Maiambiente pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso total ou parcial no cumprimento das obrigações objeto do contrato superior a 10 (dez) dias ou a declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- b) Prestação de falsas declarações ou apresentação de falsa documentação;
- c) Os bens e serviços fornecidos não corresponderam ao previsto no presente Caderno de Encargos, incluindo os seus anexos, no contrato e, subsidiariamente, na proposta adjudicada;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
- e) Violação do dever de sigilo;
- f) Se o Adjudicatário, de forma grave e reiterada, não cumprir com o disposto na lei, no Contrato, no Caderno de Encargos e na Proposta Adjudicada;
- g) Incumprimento definitivo dos requisitos constantes do presente Caderno de Encargos.

2 - Considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência repetida ou aplicação reiterada das sanções previstas no presente Caderno de Encargos e no contrato, o Adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.

3 - O direito de resolução referido no número 1 exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Maiambiente.

4 - Para efeitos do número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

5 – O exercício do direito de resolução não libera o Adjudicatário de satisfazer as solicitações da Maiambiente, efetuadas no âmbito do contrato, recebidas até à data da resolução.

6 – O exercício do direito de resolução não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15ª

Resolução por parte do prestador de serviços

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias para além do prazo de vencimento da(s) respetiva(s) fatura(s);
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Maiambiente, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 16ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17ª

Gestores do Contrato

- 1- Ao abrigo do artigo 290º-A do CCP, são nomeados para gestores do Contrato de:
 - a. Seguro de Acidentes de Trabalho Pessoal Subscritor C.G.A. e da S.S. – Ana Pinho
 - b. Seguro vida Risco – Grupo (IAD e IPP) – Ana Pinho
 - c. Seguro Multiriscos Património – Eduardo Machado
 - d. Seguro Frota Automóvel – Rui Sousa
 - e. Seguro de Responsabilidade Civil Geral Exploração – Eduardo Machado
 - f. Seguro de Responsabilidade Ambiental – José Matos
- 2- Caso os Gestores detetem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
- 3- Ao gestor do contrato podem ser delegados poderes para a adoção das medidas referidas anteriormente, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

Cláusula 18ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1- A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2- Em caso de incumprimento, pelo prestador de serviços, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

Cláusula 19ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do

Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente o Código dos Contratos Públicos aprovado pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio, e, ainda, o Decreto-lei nº 72/2008, de 16 de abril (lei do contrato de seguro), ambos os diplomas na sua redação atual.

PARTE II

PLANO DE SEGUROS